

315
JLL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 13/86

001. Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta
002. seis, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da
003. Reitoria, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador do
004. Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e presi-
005. dida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Instituição.-
006. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof. Paulo Domin-
007. gos Mieres Caruso, Prof. José Luiz Guerreiro, em substituição a
008. Profa. Luisa Helena Falkenberg, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-
009. -Graduação, Prof. Francisco Lauredi Griep Pereira, em Substitui-
010. ção ao Prof. Renato Luiz Mello Varoto, Pró-Reitor de Extensão,-
011. Profa. Leila Hadler, Prof. Élio Kersten, Prof. Luiz Antonio Ma-
012. chado Veríssimo, Prof. Claudio Borba Gomes, Profa. Ângela Maria
013. Sinott Rocha Gonzales e Prof. José Gilberto da Cunha Gastal. -
014. ITEM 1 - ORDEM DO DIA - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR -
015. Colocada em discussão, foi a mesma aprovada com a retificação -
016. do Conselheiro José Luiz Guerreiro, à fls. 04, linhas 199: subs-
017. tituir a palavra créditos por "critérios". 02. PROCESSO Nº
018. 23110.007078/84-10 - FACULDADE DE MEDICINA - Departamento
019. Saúde Mental - Encaminha a Faculdade de Medicina Projeto
020. Extensão denominado "Curso de Urgência em Psiquiatria". Em seu
021. parecer a Comissão de Extensão é favorável à execução do proje-
022. to. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, -
023. foi o mesmo aprovado. 03. PROCESSO Nº 23110.006764/86-83 - FA-
024. CULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL - Departamento de Engenharia
025. Rural/Engenharia Agrícola - Encaminha Projeto de Extensão deno-
026. minado "Normalização de Equipamentos de Processamento de Produ-
027. tos Agrícolas". O Senhor relator fez um amplo relato sobre o
028. projeto apresentando aos Conselheiros presentes a reunião. Após
029. o seu relato disse o Conselheiro Francisco Lauredi Griep Perei-
030. ra, que a Comissão de Extensão é favorável à execução do proje-
031. to. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, -
032. foi o mesmo aprovado. 04. PROCESSO Nº 23110.007129/86-41 - PRO-
033. POSTA DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - O Conse-
034. lheiro Francisco Lauredi Griep Pereira fez um amplo relato so-
035. bre a proposta de Regulamentação da Extensão na Universidade Fe-
036. deral de Pelotas. Após amplos debates, a Conselheira Ângela Ma-
037. ria Sinott Rocha Gonzales propôs, que sejam enviados aos Conse-
038. lheiros, cópias da referida proposta, para que os mesmos, de
039. posse da referida regulamentação possam melhor estudá-la, para
040. posteriormente vir a decidir. Colocado em discussão a proposta
041. da Conselheira, foi a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor
042. Presidente solicitou que o Conselheiro José Luiz Guerreiro, fi-
043. zesse o relato dos processos oriundos da Comissão de Pesquisa e
044. Pós-Graduação. 05. PROCESSO Nº 23110.003655/86-31 - LINO -
045. BITTENCOURT MONTEIRO - Solicita o requerente equivalência de

316
pau

046.diploma. O COCEPE em reunião realizada dia 24.10.86, aprovou a
047.nominata da Comissão Especial, em consonância com o artigo 4º §
048.2º da Resolução nº 01/86. Comissão esta nomeada pelo Reitor, -
049.através de Portaria. Em seu parecer a Comissão Especial opina -
050.que o certificado objeto de revalidação e equivalência do presen
051.te processo pode equiparar-se ao Mestrado em Agronomia oferecido
052.pela Universidade Federal de Pelotas. Colocado em discussão o
053.parecer exarado pela Comissão Especial, foi o mesmo aprovado. -
054.06. PROCESSO Nº 23110.006818/86-19 - JUDITH VIÉGAS - Prorrogação
055.de Afastamento - Solicita a requerente prorrogação de afastamen
056.to, baseado no ofício de seu orientador (Fls.04), até fevereiro^T
057.de 1988, período necessário para o término de seu trabalho de pes
058.quisa, para defesa de tese em doutorado, em Genética e Melhora-^T
059.mento de Plantas, ESALQ-USP. Em seu parecer, o responsável pela
060.Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação é favorável à prorroga-
061.ção solicitada (27.02.87 à 26.02.88). Colocado em discussão o pa
062.recer, foi o mesmo aprovado. 07. PROCESSO Nº 23110.006973/86-63
063.- CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA - Diz o Coordenador do
064.Curso de Pós-Graduação em Zootecnia, que o Curso possui alunos -
065.em atraso com relação ao término de suas dissertações. Tal fato
066.traz como consequência uma sobrecarga, aos orientadores e um
067.significativo aumento no tempo de titulação, que é considerado -
068.pela CAPES quando da avaliação anual do Curso. Analisando a si-
069.tuação dos alunos em atraso, admitidos no período de 1977 até
070.1983, resolveu o Colegiado em reunião realizada em 26.11.86, esta
071.belecer o prazo de 30 (trinta) dias para os referidos alunos com
072.parecerem a esta Coordenação e juntamente com seus orientadores^T
073.estabelecerem, no prazo limite de um (01) ano, data do exame de
074.dissertação. Decidiu também o Colegiado, que o não cumprimento -
075.de qualquer um dos prazos anteriormente referidos implicará no
076.imediato desligamento do Curso de Pós-Graduação em Zootecnia. -
077.Em seu parecer, o Prof. José Luiz Guerreiro, responsável pela
078.Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, diz que tendo em vista
079.que a presente solicitação da Coordenação do Curso de Pós-Gra
080.duação em Zootecnia visa pelo bom conceito do Curso junto aos
081.órgãos de avaliação, bem como corrigir um problema que vem se
082.prolongando a vários anos, aprova "ad referendum" do Conselho de
083.Pós-Graduação. Colocado em discussão o parecer exarado foi o
084.mesmo aprovado. 08. PROCESSO Nº 23110.007079/86-74 - PRÓ-REITO-
085.RIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - o Calendário Escolar dos Cur
086.sos de Pós-Graduação para o ano de 1987, aprovado "ad refere
087.rendum" do Conselho de Pós-Graduação, para ser apreciado por es-
088.te órgão. O relator fez um amplo e minucioso relato do Calendá-
089.rio apresentado. Colocado em discussão, foi o mesmo aprovado. Fi
090.ca, portanto, o presente calendário fazendo parte integrante da
091.presente Ata e arquivado na Secretaria dos Conselhos Superiores.
092.09. PROCESSO Nº 065 - LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS - Solicita o
093.requerente o reconhecimento de seu diploma de D.E.A. do Departam^T
094.ento de Ciência Política da Sorbone, no nível de mestrado com a
095.finalidade de progressão funcional, juntado ao processo a docu-
096.mentação necessária para seu pedido ser atendido. O parecer exa
097.rado pelo responsável pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Gradua
098.ção, Prof. José Luiz Guerreiro, é que o presente processo esta
099.devidamene instruído, de acordo com o art. 2º e seu § único da
100.Resolução nº 02/86 do COCEPE. Face a jurisprudência já existente

K

37
Jek

101. neste Conselho de não ser necessário o reconhecimento dos docu-
102. mentos por Consulado Brasileiro quando se trata de diploma obti-
103. dos na França, o item do artigo supra citado esta dispensado. -
104. Desta forma o COCEPE tem condições de reconhecer o título de Mes-
105. tre na forma solicitada, pela equivalência legal entre os estu-
106. dos efetuados na Universidade de Sorbone com os mestrados do
107. nosso País. Colocado em discussão o parecer exarado foi o mesmo
108. aprovado. 10. PROCESSO Nº 23110.007104/86-10 - FACULDADE DE
109. ODONTOLOGIA - O Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Cirurgia
110. e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, reunido dia 01.10.86, de-
111. cidiu: 1º - Desvincular os Cursos de Mestrado e Especialização;
112. 2º - não abrir vagas para o Curso de Especialização em 1987; 3º
113. - abrir 04 (quatro) vagas para o Curso de Mestrado; 4º - não
114. mais fornecer certificados de especialista, como anteriormente
115. vinha sendo feito, aos alunos matriculados no Curso de Mestrado,
116. após a conclusão dos créditos; A presente decisão valerá para os
117. candidatos que se inscreverem para a turma de 1987. A Pró-Reitoria
118. de Pesquisa e Pós-Graduação diz que a presente solicitação -
119. visa normatizar as atividades do Curso buscando uma melhoria na
120. qualidade do mesmo. Entendemos que realmente devam estar desvin-
121. culados os Cursos de Mestrado e Especialização, uma vez que os
122. objetivos de cada um são diferentes. Assim sendo, aprovamos a
123. decisão do Colegiado de Curso de Pós-Graduação em Cirurgia e
124. Traumatologia Buco-Maxilo-Facial "ad referendum" do Conselho de
125. Pós-Graduação. Solicitamos apreciação do COCEPE. O Senhor Presi-
126. dente colocou a matéria em discussão, sendo a mesma amplamente -
127. debatida entre os Conselheiros presentes. Terminada a fase de
128. discussão o COCEPE deliberou que o presente processo retorne ao
129. Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Cirurgia e Traumatologia
130. Buco-Maxilo-Facial, tendo em vista que as proposições do mesmo -
131. foram entendidas como alterações regimentais e portanto deverá -
132. vir a este Egrégio Conselho uma proposta de alteração do Regimen-
133. to do Curso. 11. PROCESSO Nº 23110.007072/86-25 - FACULDADE DE
134. MEDICINA - Encaminha a Faculdade de Medicina o processo de cria-
135. ção da Residência Médica, aprovado "ad referendum" do Conselho -
136. Departamental, pois a criação da Residência Médica será de gran-
137. de valia para o aprimoramento do ensino nesta Faculdade, assim -
138. como propiciará maior desenvolvimento das atividades ambulatori-
139. ais e hospitalares. Junta ao processo a documentação necessá-
140. ria. O Conselheiro José Luiz Guerreiro fez um amplo e minucioso
141. relato sobre o conteúdo do processo. Em seu parecer, diz que con-
142. siderando a aprovação pelo Departamento de Clínica Médica da
143. Criação do Programa de Residência Médica, em Clínica Médica, bem
144. como do parecer da Comissão de Programa de Residência Médica da
145. Universidade Federal de Pelotas, além da aprovação do Conselho -
146. Departamental da Faculdade de Medicina, que destaca a impor-
147. tância da criação do referido programa, aprovamos "ad referen-
148. dum" do Conselho de Pós-Graduação. Colocado em discussão o pare-
149. cer exarado pelo Conselheiro José Luiz Guerreiro, foi o mesmo -
150. aprovado. 12. PROCESSO Nº 23110.007042/86-64 - PROF. PAULO AFON-
151. SO RHEINGANTZ - Reitera solicitação de instrução para viabilizar
152. projeto no programa Nova Universidade - O Conselheiro José Gil-
153. berto da Cunha Gastal disse inicialmente que o referido processo
154. tem origem em dois ofícios de nºs 03/86 e 04/86 do Prof. Paulo
155. Afonso Rheingantz, no seguinte teor: Ofício nº 03/86: Consideran

A

156.do até o presente momento não ter recebido reposta à consulta em
157.caminhada anteriormente ao COCEPE, dirijo-me respeitosamente a
158.Vossa Senhoria para reiterar solicitação de procedimentos para -
159.viabilizar o projeto CURRÍCULO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANIS-
160.MO, aprovado com louvor pela CEAU (Comissão de Especialistas de
161.Arquitetura e Urbanismo), conforme ofício nº04/86-CEAU/SDE/SESu/
162.MEC encaminhado ao Reitor da UFPEL em 14 de outubro próximo pa-
163.sado. Outrossim, aproveito a oportunidade para manifestar surpre-
164.za pelos termos de Vosso ofício encaminhado ao Departamento de
165.Tecnologia da Construção, lido hoje em reunião departamental, -
166.onde Vossa Senhoria lamenta não poder agilizar o processo 5877/
167.85, em função de fatos ocorridos posteriormente ao encaminhamen-
168.to do processo ao COCEPE, em função de reclamatória de alguns de
169.departamentos. Ocorre, Senhor Presidente, que: 1. Estranhamente, o
170.COCEPE nunca convocou o Coordenador do Colegiado na época do re-
171.curso dos departamentos, para ouvir as ponderações que se faziam
172.necessárias por parte do Colegiado do Curso, em flagrante des-
173.prestígio aquele órgão colegiado, acatando denúncias/reclamações
174.de departamentos com assento no mesmo. 2. Estranhar que o proces-
175.so tenha sido reencaminhado a vários departamentos que já mani-
176.festaram por escrito sua posição favorável ao novo Currículo, -
177.sem determinação de prazo para manifestação, a exemplo do que fez
178.com o Colegiado do Curso. Este fato, Senhor Presidente, compromete
179.te sensivelmente a insenção de responsabilidade alegada por Vos-
180.sa Senhoria no atraso na solução do problema. 3. Questionar a
181.competência técnica do COCEPE, pela sua constituição, para ana-
182.lizar os programas das disciplinas do Novo Currículo, competên-
183.cia esta do Colegiado do Curso, conforme o artigo 2º da Resolu-
184.ção nº 3 de 25/06/69 do CFE, que fixa os mínimos conteúdos do
185.Curso de Arquitetura e Urbanismo, a saber: "A organização do Cur-
186.rículo pleno atribuirá as áreas didáticas de cada professor, -
187.admitindo o desdobramento das matérias do currículo mínimo bem
188.como os acréscimos que a escola julgar necessários." Pelo expos-
189.to, e considerando a necessidade de informar à SESu sobre o anda-
190.mento dos trabalhos, solicito os esclarecimentos necessários. -
191.Ofício nº 04/86: Na qualidade de coordenador do Projeto CURRÍCULO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO, dirijo-me mais uma vez a
192.Vossa Senhoria para, respeitosamente, manifestar o que segue, e
193.que solicito seja incluído no processo 5877/85, e apresentado ao
194.COCEPE, com urgência, ainda em 1986: 1. O atual Currículo Mini-
195.mo, aprovado pela Resolução nº 3 de 25.06.69, refere-se apenas a
196.matérias, não a conteúdos e disciplinas; 2. Apesar de estabele-
197.cer matérias básicas e matérias profissionais, não instrui sobre
198.a sua localização, delegando competência para tal à escola (em -
199.nossa Universidade, leia-se Colegiado de Curso) - artigo 2º; 3.
200.Este artigo delega competência à escola (Colegiado de Curso) pa-
201.ra "... organizar o currículo pleno e atribuir as áreas didáti-
202.cas de cada professor, admitindo o desdobramento das matérias do
203.currículo mínimo bem como os acréscimos que julgar necessários;
204.4. Com base neste artigo, o Colegiado do Curso de Arquitetura e
205.Urbanismo definiu e localizou as matérias do Novo Currículo; 5.
206.O Currículo Mínimo atual não estabelece conteúdos ou ementas das
207.matérias, o que possibilita ao Colegiado defini-los. Nada há que
208.obrigue a manutenção dos conteúdos programáticos do atual Currí-
209.culo do Curso; 6. Ainda com base no Artigo 2º da Resolução do

211. Conselho Federal de Educação, questiono a competência técnica do
212. COCEPE, em função da formação de seus conselheiros, reforçado pe
213. lo argumento exposto no item 5, para analisar o mérito do Novo -
214. Currículo, através da análise dos programas das disciplinas; 7.
215. Informar mais uma vez, que os departamentos reclamantes foram, -
216. ou melhor, tiveram todas as chances de se manifestar sobre o
217. Novo Currículo, fonce o demonstram as diversas atas anexas ao
218. processo, não havendo, por parte do Colegiado, receptividade às
219. suas (dos departamentos) ponderações, conforme o reflete o re-
220. sultado da votação; foi deliberação aprovada por ampla maioria,
221. a exemplo do que ocorre em todos os órgãos universitários da
222. UFPEL, inclusive o COCEPE e Conselho Universitário. Esta pondera
223. ção, ao que parece, sempre passou despercebida ao COCEPE; 8.
224. Reforçando o item 7, convém lembrar que o próprio COCEPE, quando
225. apreciou o parecer favorável à aprovação do Novo Currículo, da
226. Comissão de Graduação do COCEPE, rejeitou o parecer por 04 (qua-
227. tro) votos a 03 (três); 9. No Currículo Mínimo atual, a matéria
228. Desenho de Arquitetura está incluída na mesma modalidade de
229. Meios de Expressão, tais como Desenho Artístico, Projetos Indus-
230. triais e outras modalidades cabíveis e úteis; a matéria Geo-
231. metria Descritiva esta inserida juntamente com as Matemáticas. -
232. Com base nesta situação, o Colegiado localizou os atuais conteú-
233. dos de Desenho Arquitetônico e Perspectiva e Sombras nas disci-
234. plinas Representação e Expressão, localizadas no Departamento de
235. Artes Visuais do Instituto de Letras e Artes; 10. Estranhar que
236. o relator do Departamento de Sociologia não tenha sido justa e
237. devidamente o seu representante junto ao Colegiado de Curso de
238. Arquitetura e Urbanismo, e sim um professor que nem ministra dis-
239. ciplinas em nosso Curso; 11. Estranhar que o COCEPE tenha acolhi-
240. do o parecer do Departamento de Sociologia, especialmente as -
241. afirmativas "... não ter sido ampla, geral e irrestrita a parti-
242. cipação dos Departamentos envolvidos na reforma curricular", e
243. "... a visão de que Arquitetura e Urbanismo é coisa que só os
244. arquitetos urbanistas se devem ocupar, é estreita, tecnicista, -
245. caolha", e "... tentativa de fechamento na formação do arquite-
246. to..." e "... impõe-se um embasamento teórico e uma especializa-
247. ção maior dos docentes aos quais estarão afetas tais matérias.",
248. posto que: a) o Departamento de Sociologia, lamentavelmente, só-
249. mente se interessou efetivamente pela Reforma Curricular depois
250. de sua aprovação pelo Colegiado; b) conforme pode ser constatado
251. em diversas atas, por diversas vezes o Coordenador do Colegiado
252. afirmou que, mesmo aqueles professores que tivessem suas disci-
253. plinas extintas, seriam fundamentais para ministrarem os conteú-
254. dos específicos de suas áreas integrados nas novas disciplinas -
255. localizadas nos departamentos da área profissionalizante; c)
256. exatamente a dificuldade de integrar os docentes aos quais hoje
257. estão afetas estas matérias, determinou a concentração de disci-
258. plinas nos departamentos da FAU; d) evidencia-se, isto sim, que
259. o que está em jogo, neste caso, é a questão burocrática da perda
260. da responsabilidade de disciplina, portanto, perda aparente de
261. poder; 12. Estranhar que, no parecer do Departamento de Desenho,
262. o relator não faça em momento algum referência à diversas oca-
262. siões em que o Coordenador do Colegiado discutiu com o Prof. Lin-
263. cho o desenvolvimento e o conteúdo dos trabalhos da Comissão de
264. Avaliação do Ensino, bem como as sondagens para que estudasse a
265. conveniência e a possibilidade de sua relotação no Departamento

266.de Tecnologia da Construção, em função inclusive, de sua forma-
267.ção inadequada para ministrar os conteúdos das disciplinas de
268.Desenho Arquitetônico (o professor é engenheiro) e que se refle-
269.tem claramente na baixa qualidade de aprendizado da grande maio-
270.ria dos alunos que ingressam nas disciplinas de Planejamento Ar-
271.quitetônico; 13. Sugerir que, a exemplo dos problemas existentes
272.na maioria dos cursos de graduação da UFPEL, conforme as manifes-
273.tações dos coordenadores de colegiado nas reuniões da CAP, a rea-
274.lização, sob patrocínio deste Conselho, em caráter de urgência,-
275.seminário de avaliação da estrutura dos Cursos de Graduação da
276.UFPEL, com vistas à efetiva melhoria da qualidade de ensino; 14.
277.Por entender que o processo já está suficientemente instruído, e
278.considerando os riscos de cancelamento do projeto no Programa No-
279.va Universidade, onde foi aprovado com voto de louvor, solicito
280.que o COCEPE em conformidade com suas atribuições legais, pronun-
281.cie-se definitivamente sobre a aprovação ou não do Novo Currícu-
282.lo; 15. Solicitar, caso o COCEPE novamente indefira o Novo Currí-
283.culo, que envie à SESu exposição de motivos devidamente fundamen-
284.tada, sobre a não implantação do projeto e consequente perda dos
285.recursos decorrentes. Disse o Conselheiro José Gilberto da Cunha
286.Gastal, que o processo foi encaminhado para que o mesmo emitisse
287.parecer a respeito, sendo o mesmo exarado no seguinte teor: O
288.COCEPE em reunião realizada dia 18.12.86, aprovou o parecer exa-
289.rado pelo Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal, no seguinte
290.teor: Chamado a dar parecer sobre o teor dos ofícios nºs 03/86 e
291.04/86 da Coordenação do Projeto 3816/86-80 à Presidência do
292.COCEPE, passo a fazê-lo. Este Conselho é órgão hierarquicamente
293.superior à Coordenação do Projeto do Currículo do Curso de Ar-
294.quitetura e Urbanismo, posto que o é ao próprio Colegiado de tal
295.curso. Dentro da estrutura hierárquica-administrativo da Univer-
296.sidade, cada órgão e cada cargo tem as respectivas competência e
297.atribuições. Quando ao projeto referido, o COCEPE vem exercendo
298.sua competência. No exercê-la, não tem pretendido e não tem inci-
299.dido em invasão de qualquer outra competência ou em expansão in-
300.devida de suas atribuições. Ao contrário, este Conselho tem se
301.pautado, estritamente, dentro da sua preponderante competência,
302.que lhe justifica a própria denominação: coordenar. A alteração
303.curricular envolve, de parte de outros órgãos, além do Colegiado
304.de Curso, o exercício das respectivas competências. A errônea -
305.concepção de que o Colegiado de Curso não seja um órgão, a falta
306.de compreensão de que ele seja um ser coletivo, resulta (para -
307.quem incide em tal erronia) na concepção de que seus membros fos-
308.sem, por assim dizer, "embaixadores" dos Departamentos. Por que
309.este Conselho sabe que os membros do Colegiado de Curso, indica
310.dos por função departamental, não são "plenipotenciários" cuja -
311.voz substitua a dos departamentos; por que este Conselho bem en-
313.tende o Colegiado de Curso como um ser coletivo e os Departamen-
314.tos como outros seres coletivos, o COCEPE tratou de ensinar a
315.todos a plena oportunidade de exercerem suas competências na tra-
316.mitação do aludido projeto. Realmente, a partir de quando o
317.COCEPE passou a querer ouvir, efetivamente, os Departamentos, -
318.passou-se a constatar demora na tramitação. Todavia, tal demora
319.não é, a toda evidência, imputável a este Conselho, mas à repeti-
320.dã e expressa resistência, no âmbito do Curso, em bem cumprir di-

K



321.ligência determinadas pelo COCEPE. Desde dezembro de 1985 até
322.fim de junho de 1986, assiste-se no referido processo a uma
323.incompreensível resistência à singelamente compreensível deter-
324.minação de ouvir a todos os Departamentos envolvidos na refor
325.ma. Ficasse o Colegiado de Curso ou a Coordenação do Projeto na
326.sua competência e no seu nível de subordinação hierárquica ao
327.COCEPE; não houvesse a mal fundamentada e indevida resistência'
328.à necessária e determinada ouvida dos Departamentos, e não se
329.teria protelado o andamento deste processo, não se estaria no
330.propalado limiar de perda de possíveis recursos. A resistência'
331.à diligência determinada por este Conselho, se houvesse tido a
332.intenção de tornar exíguo o tempo face à captação de tais recur
333.sos, e, assim, constranger temporalmente a decisão do COCEPE -
334.sem a efetiva ouvida dos Departamentos, não lograria êxito. O
335.COCEPE cumpre sua função. Se houver perda de recursos por demo-
336.ra na aprovação do projeto, sua responsabilidade caberá a
337.quem, se teve uma boa idéia, não soube contribuir ordeiramente'
338.a uma feliz e rápida realização. Os juízos pessoais do Coordena
339.dor do projeto, contidos nos ofícios em foco, constituem direi
340.to dele tê-los. Entretanto, não lhe cabe o direito de manifes
341.tá-los pelo modo em que o faz, arvorando-se em censor deste Con
342.selho. Pelo que os dois relatados ofícios contêm de juízos as-
343.sim expendidos, meu parecer é de que se os devolva ao remetente
344.ou simplesmente se archive com este processo de n.
345.23110.007042/86-64. Pelo que tais ofícios contêm de apreciação'
346.spbre as manifestações dos Departamentos, são desnecessários,-
347.pois que tal apreciação compete ao COCEPE, a esta altura do
348.processo. Quanto à solicitação de que o COCEPE explique à SESU
349.as razões de sua decisão, no caso de não aprovar tal projeto, é
350.despida de cabimento, pois este Conselho não tem que explicar à
351.SESU as deliberações que adote. Aliás, é curioso que, paradoxal
352.mente a antigos e justos reclamos de ampla participação nas
353.decisões internas da Universidade e de autonomia universitária,
354.se constate atitudes de bloqueio à necessária participação dos
355.Departamentos e de indução a explicações de teor subordinativo'
356.da Instituição. Quanto à sugestão de seminário sobre todos os
357.cursos, conquanto possa ser um procedimento útil, não é produ-
358.cente para o caso concreto do projeto em pauta. O processo veio
359.a ensejar amplo enfoque crítico ao projeto e fazer a decisão do
360.COCEPE depender de tal seminário implicaria em maior e indeseja
361.da postergação da decisão deste Conselho. O Conselheiro Paulo
362.Domingos Mieres Caruso solicitou que ficasse registrado um voto
363.de louvor ao parecer exarado pelo Conselheiro José Gilberto da
364.Cunha Gastal. O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro -
365.José Gilberto da Cunha Gastal relatasse os processos da Comis-'
366.são de Concurso. 13. PROCESSO Nº 23110.001946/84-3 - FACULDADE
367.DE ENGENHARIA AGRÍCOLA - Encaminha a Faculdade de Engenharia -
368.Agrícola o resultado do Concurso para Professor Titular, devida
369.mente referendado pelo Conselho Departamental da Unidade. Em
370.seu parecer à Comissão de Concurso é favorável pela homologação
371.do resultado do concurso, que habilitou o candidato JAU PAULO
372.GOULART. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Concur-
373.so, foi o mesmo aprovado. Disse, posteriormente, o Senhor Presi
374.dente que as inscrições a Comissão examinadora e datas foram -
375.aprovadas "ad referendum" do COCEPE, e as mesmas devem ser refe

A

376.rendadas pelo órgão. A decisão da Presidência foi referendada pe
377.lo COCEPE. 14. PROCESSO Nº 23110.004526/86-24 - FACULDADE DE
378.ENGENHARIA AGRÍCOLA - Encaminha a Faculdade de Engenharia Agri-
379.col a inscrição para o concurso de Professor Auxiliar na Área
380.de Construção Rurais e Ambiências. A Comissão de Concurso é de
381.parecer favorável a homologação da inscrição do candidato RICAR-
382.DO COELHO MICHELON. Colocado em discussão o parecer da Comissão
383.de Concurso, foi o mesmo aprovado. 15. PROCESSO Nº
384.23110.004358/86-41 - INSTITUTO DE FÍSICA E MATEMÁTICA - Concurso
385.- O Senhor Presidente disse que o presente processo retorna a es
386.te Conselho, pois em sua última reunião realizada dia 23.10.86,-
387.ficou deliberado, que o mesmo seria encaminhado ao Magnífico Rei
389.tor para que o mesmo constituisse uma Comissão de Sindicância, -
390.para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos nele prolata
391.dos. O Magnífico Reitor designou os seguintes componentes para
392.comporem a comissão: José Luiz Marasco Cavalheiro Leite, Gilse -
393.Marlene Wetzel da Cunha e Luiz Antonio Machado Veríssimo. Poste-
394.riormente o Senhor Presidente fez um resumo do processo aos Con-
395.selheiros, e em seu final disse que a Comissão exarou o seguinte
396.relatório final: Aos oito dias do mês de dezembro, do ano de mil
397.novecentos e oitenta e seis, às quatorze horas, na Sala da Procu
398.radoria Geral da Universidade Federal de Pelotas, reuniu-se, -
399.mais uma vez, a Comissão de Sindicância, instalada nos termos da
400.Portaria nº 735, de vinte e nove de outubro do corrente ano, pe
401.lo Magnífico Reitor em exercício, para elaborar seu relatório fi
402.nal sobre os elementos colhidos durante os trabalhos de apuração
403.dos fatos relatados pelos candidatos JOSÉ ANTONIO FRÓES PE-
404.TRUCCI, GRAÇALIZ PEREIRA DIMURO e IURI CARVALHO DOS SANTOS, que,
405.através do pedido de fls.01, vieram a solicitar a anulação do
406.concurso a que se submeteram, no Departamento de Matemática e
407.Estatística do Instituto de Física e Matemática. Foram ouvidos -
408.os três denunciante, antes nomeados, dois integrantes da banca'
409.examinadora e uma testemunha apontada pelos signatários da pe-
410.tição inicial. O Professor Sílvio Brauch, que presidiu a banca
411.examinadora, solicitou a anexação ao processo de uma ata elabora
412.da ao final do concurso pelos examinadores e assinada pelos três
413.candidatos que concluíram todas as provas. A Comissão de Sindi
414.cância entendeu prescindível a ouvida do professor MIGUEL ANGEL
415.ALBERTO FERRERO, também integrante da banca examinadora, por con
416.siderar que os fatos já haviam ficado suficientemente esclareci-
417.dos e porque a insistência na ouvida do referido professor deter
418.minaria procrastinação desnecessária na sindicância. A Comissão,
419.por uma questão de método, resolveu, de início, classificar os
420.pontos abordados na sindicância da seguinte forma: (a) desestímu
421.lo a que outros interessados viessem a habilitar-se ao concurso,
422.por informações do Presidente da Banca de que havia um candidato
423.com titulação superior; (b) impedimento levantado a que o candi-
424.data IURI CARVALHO DOS SANTOS realizasse a prova didática e de
425.entrevista, com prévia atribuição de nota zero relativamente à
426.aula; (c) ofensas dirigidas por um integrante da banca à candida
427.ta GRAÇALIZ PEREIRA DIMURO, no momento de publicação das notas;
428.(d) um candidato - SÉRGIO LUIZ C. DE OLIVEIRA - ter sido hospeda
429.do em sua casa, pelo Professor Sílvio Brauch, Presidente da ban-
430.ca examinadora; (e) terem sido os candidatos, após a prova didá-

M

P

431.tica, submetidos a interrogatório sobre conteúdos referentes as
432.suas aulas. Relativamente aos pontos antes aludidos a Comissão -
433.de Sindicância colheu os seguintes elementos e formou a convic-
434.ção que se segue: (a) Cabe registrar, de início, que a denúncia'
435.relativa a desestímulo de que interessados viessem a se inscre-
436.ver no concurso, é feita por quem, afinal, não veio a ser atingi
437.do pelas intenções que tal ação ocultava. Na verdade, os signatá
438.rios do pedido inicial inscreveram-se no concurso e prestaram as
439.provas respectivas, com exclusão do candidato IURI, que abando-
440.nou o concurso pela metade motivado por razões outras que não
441.a de se sentir desestimulado. É importante referir que a valida-
442.de de tal acusação só poderia ser efetivamente examinada se fos-
443.se ela oferecida por quem sentiu-se realmente desestimulado de
444.realizar o concurso. Cabe ainda referir que uma pessoa, menciona
445.da pela candidata GRAÇALIZ como tendo sido realmente desestimula
446.da pelas palavras do Professor Sílvio, inscreveu-se no concurso
447.e, segundo as palavras da declarante, só não realizou a prova es
448.crita e as demais que se seguiram, em virtude de questões relati
449.vas ao sorteio do ponto. É interessando lembrar que, normal-
450.mente, eventuais candidatos a concursos procuram saber os nomes
451.dos outros concorrentes e suas respectivas titulações para aqui-
452.latarem suas reais chances de êxito. É possível que para alguns'
453.o conhecimento de haver um candidato com titulação superior -
454.venha a servir-lhe de desestímulo, enquanto que, para outros, in
455.formação semelhante possa vir a funcionar como motivo de emula-
456.ção. Ainda cabe mencionar que apenas um dos signatários da denún
457.cia faz referência explícita ao "desestímulo"; os outros não se
458.referem a nenhum conhecimento direto sobre o fato. (b) Relativa
459.mente ao fato de que o candidato IURI CARVALHO DOS SANTOS tives-
460.se sido impedido de prestar as provas didáticas e de entrevista,
461.a Comissão concluiu por julgar que, realmente, tal fato não -
462.ocorreu. A própria testemunha mencionada pelos denunciante, Pro
463.fessor Carlos Barão, declarou que esteve presente por ocasião da
464.prova didática e não percebeu que o candidato IURI tivesse sido
465.impedido de realizar a prova didática. Na ocasião, conforme fi-
466.cou plenamente claro, o candidato IURI apresentou-se para a rea-
467.lização da prova, tendo preparado sua aula sobre assunto diverso'
468.do que era esperado. Segundo suas próprias declarações, foi ele
469.vítima de engano, eis que, tendo feito o sorteio do ponto, reti-
470.rou-se em seguida, sem esperar pelas especificações acerca do
471.assunto que a banca fez, publicamente, escrevendo-as no quadro.'
472.O comparecimento do candidato à realização da prova aconteceu -
473.sem que, antes, tivesse ele tomado ciência de seu equívoco. Ali,
474.então, procurou explicita sua situação, perguntando aos examina-
475.dores como ficaria o caso de quem viesse a ministrar aula sobre
476.tema diferente daquele que havia sido sorteado. Ora, a Comissão'
477.parecer que questionamento de tal ordem é, no mínimo, pueril e
478.requer uma única e óbvia resposta: - em tal caso, será atribuído
479.ao candidato nota zero. O fato de ter o Professor Sílvio respon-
480.dido de tal forma à indagação pode ter sido, na circunstância de
481.um concurso, inconveniente. Não obstante, no entendimento da
482.Comissão, o próprio candidato não poderia esperar outra resposta
483.a um questionamento sobre matéria tão óbvia. De tal sorte, ain-
484.da que considerando que teria sido melhor que a banca se esqui-
485.vasse de responder à indagação do candidato IURI, nem assim a

KA



486.resposta a ele dada poderia passar por uma prévia determinação -
487.de reprová-lo. (c) No que respeita a ter sido a candidata GRA-
488.ÇALIZ atingida por ofensas que lhe foram dirigidas por um dos
489.integrantes da banca, a Comissão concluiu que, no caso, aconte-'
490.ceu um questionamento dos candidatos à banca, a respeito de seus
491.critérios de avaliação. A experiência indica que não é bom que,'
492.na ocasião de término de concurso, quando alguns se encontram -
493.sensibilizados por resultados desfavoráveis, se façam discussões
494.sobre os critérios de avaliação. Neste ponto, ainda que se sen-'
495.tindo liberada pelo próprio interesse dos concorrentes, a banca'
496.examinadora deveria, mais uma vez, ter-se esquivado ao debate e
497.à discussão. De qualquer sorte, pelos elementos colhidos é de se
498.perceber que o ânimo da candidata GRAÇALIZ encontrava-se relati-
500.vamente exaltado e seus questionamentos talvez tivessem ferido a
501.honorabilidade dos integrantes da banca examinadora. De tal sor-
502.te, talvez não percebendo a inconveniência que daí decorreria, é
503.possível que algum dos examinadores, ao se defender, tivesse usa-
504.do de expressões que provocassem melindres na candidata. O candi-
505.data PETRUCCI informa que o examinador professor Miguel teria -
506.feito alusões de um relativo menoscabo a trabalhos intelectuais'
507.de sua autoria. Relato sobre isso faz a professora Cleuza, tam-
508.bém integrante da banca, que viu na situação um encontro normal'
509.entre um jovem ávido de conhecimentos e um experiente professor,
510.de renome internacional. No caso, os conselhos oferecidos pelo -
511.professor ao candidato nada tinham a ver, propriamente, com o
512.concurso e se dirigiam apenas no sentido de orientá-lo na car-'
513.reira da pesquisa e da literatura científica. (c) A Comissão, pe-
514.las informações do próprio professor Sílvio, tomou conhecimento'
515.de que o candidato SÉRGIO esteve hospedado em sua casa, no decor-
516.rer do concurso. Ainda mais, o caso não foi segredo a ninguém e
517.foi tratado, até, com relativa naturalidade durante o desenrolar
518.do concurso, tanto é que o próprio candidato recebeu carona de
519.um outro concorrente, que o levou até a residência do Presidente
520.da banca, onde aquele se hospedava. O Prof. Sílvio declarou, -
521.ainda, que mantinha amizade com o candidato SÉRGIO e que o rela-
522.cionamento entre ambos envolvia suas próprias famílias. A Comis-
523.são entendeu que, efetivamente, foi inábil e até mesmo ingênuo o
524.Presidente da banca, recebendo um dos concorrentes em sua casa.
525.Aliás, independentemente do fato em si, o próprio Professor Síl-
526.vio, em uma demonstração de lisura de procedimento, veio a decla-
527.rar à Comissão a existência de relações próximas entre si e o
528.candidato Sérgio. Em nenhum momento, porém, os demais candidatos
529.que eram sabedores de onde se encontrava o candidato Sérgio hos-
530.pedado, fizeram qualquer protesto com respeito ao assunto. De ou-
531.tra parte, não há nenhuma alusão a que os demais integrantes da
532.banca mantivessem vínculos de amizade mais estreita com o candi-
533.data vitorioso e, ademais, o próprio Prof. Sílvio informa que os
534.denunciamentos eram também tidos como seus amigos. É interessan-
535.te assinalar que, independentemente de questões de amizade, não
536.se observa, nos graus atribuídos aos candidatos pelos diversos'
537.integrantes da banca, disparidades dignas de nota. Ao contrário
538.as notas que cada um dos examinadores deram às provas dos con-'
539.correntes foram mais ou menos equilibradas entre si. É de no-
540.tar, por relevante, que os graus atribuídos pelo Prof. Sílvio ao

A

P

325
p44

541.candidato SÉRGIO não foram mais altos do que os atribuídos por -
542.seus colegas. De tal modo, malgrado a inconveniência de um exa-
543.minador hospedar um examinando em sua residência, na própria épo-
544.ca do concurso, a Comissão entende que de tal fato não resultou,
545.por todas as observações feitas, um privilegiamento que possa en-
546.sejar a anulação do concurso. Aliás, o Prof. Carlos Barão, teste-
547.munha presencial da apresentação das provas didáticas, afirma -
548.que não observou tratamento de privilégio a um concorrente e
549.discriminação aos demais, durante o concurso. (e) No que respei-
550.ta a terem sido os candidatos submetidos a interrogatórios, após
551.a apresentação da aula, a Comissão colheu, pelas informações -
552.prestadas, que no caso, não houve, a rigor, "verdadeira interro-
553.gatório", mas a realização de questionamentos sobre o conteúdo -
554.das aulas. O Prof. Carlos Barão, ouvido a respeito, declarou que
555.as perguntas feitas aos candidatos referiam-se ao teor do ponto'
556.da aula e relacionavam-se com o conteúdo nela ministrado. A mes-
557.ma testemunha não notou que, em tais questionamentos, houvesse a
558.intenção de prejudicar a qualquer um dos candidatos. EM FACE DO
559.EXPOSTO, ainda que concluindo que, em alguns aspectos, houve,'
560.de parte da banca, um comportamento menos conveniente e, de par-
561.te de seu Presidente, no que respeita a hospedar um dos concor-'
562.rentes em sua casa, uma atitude até mesmo ingênua, no geral nada
563.do que foi trazido pela denúncia consegue ter a relevância ne-
564.cessária a ponto de recomendar-se a anulação do concurso realiza-
565.do pelo Departamento de Matemática e Estatística. Colocado em
566.discussão foi o mesmo debatido, ficando deliberado por este or-
567.gão que o processo deverá ser remetido à Comissão de Concurso pa-
568.ra que a mesma exare parecer. Solicitou o Senhor Presidente que
569.o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso relatasse os proces-
570.sos advindo da Comissão de Graduação. 16. PROCESSO Nº
571.23110.006726/85-11 - OLGA SUSANA DEL CARMEM PAZ MONTEVERDE MIS-
572.SIO - Solicita a requerente revalidação de seu Diploma de Medici-
573.na, obtido na Universidad Nacional de Rosario, Argentina, junta-
574.do para tal a documentação necessária. Em seu parecer a Comissão
575.Especial nomeada para examinar os processos de revalidação de Di-
576.ploma de Médicos Estrangeiros através da Portaria nº 673/86, é
577.de opinião que para ser revalidado o título da requerente, a so-
578.licitante deve submeter-se a "exame e provas destinados a carac-
579.terização dessa equivalência", versando sobre Tocoginecologia,'
580.Pediatria, Medicina Interna e Cirurgia Geral, de acordo com a
581.Resolução nº 02/85, art. 6º. Colocado em discussão o parecer da
582.Comissão Especial, foi o mesmo aprovado. 17. PROCESSO Nº
583.23110.000263/86-75 - COLEGIADO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Re-
584.formulação do Currículo - O referido processo tramitou na últi-
585.ma reunião deste órgão, realizada dia 28.11.86, que deliberou -
586.que o processo baixasse em diligência ao Colegiado de Curso da
587.Unidade, para que o mesmo se manifestasse, se uma vez aprovado -
588.este currículo proposto, haveria condições de exequibilidade já
589.a partir do próximo semestre, independentemente de novas contra-
590.tações. A Coordenadora do Colegiado de Curso assim se manifes-'
591.tou: O Colegiado de Curso da Escola Superior de Educação Física,
592.reunido no dia 04.12.86 reitera que a necessidade do aumento de
593.seu quadro docente é decorrente de uma situação anterior a
594.implantação da nova proposta curricular. No entanto, apesar des-
595.tas necessidades não terem sido supridas, o novo currículo tem

KA

326
JCH

596. condições de exequibilidade a partir do 1º semestre de 1987, não
597. considerando, é claro, a disponibilidade atual do cargo docente,
598. mas assim, buscando um objetivo maior, que seria a melhoria da
599. qualidade do ensino do curso de graduação. É claro que para dar
600. praxidade a este evento, que vem ao encontro da Resolução do
601. Conselho Federal de Educação que determina que a partir de 1987,
602. todas as Escolas de Educação Física do País terão dois anos para
603. implantar seus currículos em 04 (quatro) anos, dos Departamentos
604. da Escola Superior de Educação Física terão que redimensionar -
605. suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando o
606. ensino de graduação, debilitando desta forma, o atendimento a
607. Prática Desportiva e o Pós-Graduação. Desta forma voltamos a
608. reiterar, que implantamos o novo currículo, mesmo com todas as
609. necessidades atuais, mas continuaremos na luta pela ampliação de
610. nosso quadro docente, pois só desta forma, teremos condições de
611. atender o ensino, pesquisa e extensão. Colocado em discussão. -
612. foi o mesmo amplamente debatido. Posteriormente o COCEPE aprovou
613. o parecer da Comissão de Graduação (fls.57) que é favorável a
614. alteração do Currículo proposto, independentemente de contrata-
615. ção de docentes. 18. PROCESSO Nº 23110.006563/85-41 - FACULDADE
616. DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA - Encaminha a Unidade o processo re-
617. ferente ao Projeto de sub-divisão do Departamento de Enfermagem,
618. informando ainda que o referido projeto foi aprovado em reunião
619. do Departamento de Enfermagem e homologado por unanimidade pelo
620. Conselho Departamental da referida Unidade. Anexa ao projeto re-
621. ferente a sub-divisão (fls.03 a 23). O processo foi encaminhado a
622. Procuradoria Jurídica, que assim se manifestou: A meu juízo, a
623. questão não tem correspondência com as medidas restritivas impos-
624. tas. Não se estará, acaso assim entenda o COCEPE, com o desdobra-
625. mento do Departamento, contratando pessoal ou preenchendo-se em
626. prego vago. Aliás, quanto a esta última hipótese inexistente vedã
627. ção legal, eis que, todos os empregos nas Instituições de Ensi-
628. no são classificados como operacionais, enquadrados, por conse-
629. guinte, na excludente posta no inciso II, do artigo 1º, do De-
630. creto 91.404, de 05 de julho de 1985. Não é possível perde de
631. vista, nesta linha de entendimento, que o que se visa com o des-
632. bramento do Departamento é a melhoria da qualidade de ensino, -
633. através, como se diz, da implantação de uma nova metodologia cur-
634. ricular. E para esta melhoria, a meu sentir, não pode haver, nem
635. deve haver, qualquer barreira relativa a custos. Não obstante is-
636. to, porém, forçoso e reconhecer que, por intermédio da Portaria
637. nº 260, de 17 de abril de 1986, o Exmo. Senhor Ministro da Educa-
638. ção aprovou os Cargos Comissionados e as Funções Gratificadas do
639. Plano de Cargos, Salários, Benefícios e Vantagens da Universida-
640. de. A relação aprovada neste particular, é "numerus clausus", va-
641. le dizer, certa, definida. Logo, na hipótese de entender, o Cole-
642. giado de Ensino, Pesquisa e Extensão, recomendável o desdobramen-
643. to pretendido haverá necessidade de encaminhar-se expediente rei-
644. vindicatório ao Senhor Ministro no sentido de incluir, no rol
645. aprovado, a Função Gratificada correspondente à nova Chefia pre-
646. tendida, sem o que, não será possível, por importar na criação -
647. de uma nova função, a ação estrutural esboçada. A matéria em pau-
648. ta foi alvo de discussão entre os Conselheiros presentes. A Co-
649. missão de Graduação em seu parecer nada tem a opor. O COCEPE, de-
650. liberou que o processo baixe em diligência ao Conselheiro

K



327
Jul

651. Claudio Borba Gomes, representante da Área da Ciência da Saúde e
652. Biológicas, para estudar a denominação proposta ao novo Departamen-
653. to, Departamento de Enfermagem na Saúde do Adulto, deliberan-
654. do também o órgão, que será feito uma consulta a SESU, no to-
655. cante a criação de novos Cargos. A seguir a Conselheira Ângela
656. Maria Sinott Rocha Gonzales solicitou a palavra e propôs que
657. os itens de nº 29 a 33 especificados na Ordem do Dia, fossem re-
658. latados nesta reunião, pois trata os referidos processo de dis-
659. tribuição de vagas para concurso. Sua solicitação se prende ao
660. fato de que a Conselheira irá viajar, não podendo comparecer a
661. reunião de continuidade, que será realizada dia 19.12.86. A
662. matéria foi amplamente discutida entre os Conselheiros presen-
663. tes. Após a discussão, ficou decidido que os processos especifi-
664. cados nos itens de nºs 29 a 33 da Ordem do Dia ficam fora da
665. pauta, deliberando este Conselho que a Comissão de Concurso pro-
666. ponha os critérios a serem utilizados por este órgão, no tocante
667. a alocação de vagas de Professor Auxiliar existentes no Quadro -
668. de Pessoal Docente da Universidade Federal de Pelotas. A seguir -
669. o Senhor Presidente suspendeu a presente sessão marcando sua con-
670. tinuidade para o dia 19.12.86, no mesmo horário e local. REUNIÃO
671. DO COCEPE REALIZADA DIA 19.12.86 EM CONTINUIDADE A REUNIÃO DO
672. DIA 18.12.86 - Com a presença dos Conselheiros: Prof. Paulo Do-
673. mingos Mieres Caruso, Prof. José Luiz Guerreiro, em substituição
674. a Profa. Luisa Helena Falkenberg, Pró-Reitora de Pesquisa e Pos-
675. -Graduação, Prof. Renato Luiz Mello Varoto, Profa. Leila Hadler,
676. Prof. Élio Kersten, Prof. Luiz Antonio Machado Veríssimo, Prof.
677. Claudio Borba Gomes, e Prof. José Gilberto da Cunha Gastal. O
678. Senhor Presidente Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Insti-
679. tuição, deu continuidade a reunião. Solicitou o Senhor Presiden-
680. te que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, relatasse os
681. processos oriundos da Comissão de Graduação. 20. PROCESSO Nº
682. 23110.004797/86-61 - CONCEIÇÃO DEROMAR CASTRO KRUSER - O Conse-
683. lheiro Paulo Domingos Mieres Caruso disse que a requerente soli-
684. cita revisão de prova, na disciplina Cálculo Diferencial e Inte-
685. gral. O Conselheiro fez uma síntese do processo aos Conselheiros
686. presentes. Posteriormente a Comissão de Graduação baixou o pro-
687. cesso em diligência ao Departamento de Matemática e Estatística
688. para que este se manifeste se foi atendida a Resolução nº 09/75,
689. sobre o prazo de revisão de prova. O Departamento de Matemática
690. e Estatística se manifestou a respeito da diligência solicitada
691. pela Comissão de Graduação (fls.03/04), manifestando-se com base
692. na Resolução nº 09/75 pela improcedência das alegações contidas
693. no pedido da requerente. Em face disto a Comissão de Graduação -
694. entende que, apesar de não estar claramente explicito no despa-
695. cho do Senhor Chefe do Departamento de Matemática e Estatística,
696. o aluno não cumpriu a Resolução nº 09/75 e desta forma manifes-
697. ta-se pelo indeferimento do pedido. Colocado em discussão o pare-
698. cer exarado pela Comissão de Graduação, foi o mesmo aprovado com
699. adendo do Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal, ou seja, de
700. que o processo baixe em diligência ao Departamento de Matemática
701. e Estatística para que o mesmo fique ciente da afirmação do alu-
702. no, que houve queima da prova. 21. PROCESSO Nº 23110.007103/86-
703. 57 - FACULDADE DE METEOROLOGIA - Proposta de Estágio Curricular
704. - Encaminha o Colegiado de Curso de Meteorologia alteração no
705. sistema de atribuição de nota para a disciplina Estágio Curricu

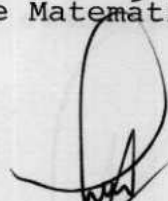
KA



328
Jul

706.lar (Código 6131) anexando proposta. O Conselheiro Paulo Domin
707.gos Mieres Caruso fez uma explanação aos Conselheiros sobre a
708.proposta. Em seu parecer a Comissão de Graduação é de parecer fa
709.vorável que deva ser ouvida a Seção de Apoio ao Aperfeiçoamento
710.Discente, sugerindo que seja apresentada uma proposta que atenda
711.aos objetivos deste documento. Colocado em discussão o parecer -
712.da Comissão de Graduação, foi o mesmo aprovado. 22. PROCESSO Nº
713.23110.007099/86-81 - SULEMA APARECIDA MEDEIROS - Solicita a re-
714.querente isenção na disciplina de História do Rio Grande do Sul
715.II. A Comissão de Graduação analisando o presente processo e con-
716.siderando que as disciplinas História do Rio Grande do Sul I e
717.II, emitido pelo responsável pela mesma: ao atender, por analo-
718.gia, o que foi requerido pela requerente com situações oriundas
719.de pedido de transferência, onde o número de créditos do curso
720.de origem não é o fator limitante mas, sim, o conteúdo programá-
721.tico, manifesta-se pelo deferimento do pedido de dispensa. Colo-
722.cado em discussão o parecer exarado pela Comissão de Graduação,-
723.foi o mesmo aprovado. 23. PROCESSO Nº 23110.006829/86-27 - SECRE
724.TARIA GERAL DOS CURSOS - Calendário Escolar - O Conselheiro Pau-
725.lo Domingos Mieres Caruso fez um amplo e minucioso relato aos
726.Conselheiros sobre o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação
727.para o ano de 1987. Após o seu relato foi o mesmo aprovado pelo
728.COCEPE, ficando fazendo parte integrante da presente Ata e arqui-
729.vado na Secretaria dos Conselhos Superiores. No tocante ao pro-
730.cesso especificado no item nº 19, oriundo da Faculdade de Agrono-
731.mia Eliseu Maciel que solicita prorrogação do 1º Semestre letivo
732.para 1987, para o Curso de Agronomia, tendo em vista a realiza-
733.ção de Seminário (Processo nº 23110.006904/86-41), disse o Con-
734.selheiro que fica o mesmo suspenso, esperando que se faça uma
735.Resolução específica para a realização das Semanas Acadêmicas e
736.Seminários. 24. PROCESSO Nº 23110.000860/86-54 - REFORMA SETO-
737.RIAL - O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso fez uma expla-
738.nação do Assunto aos Conselheiros, dizendo que o referido proces
739.so tramitou em reunião deste Conselho realizada dia 10.04.86,-
740.que deliberou sustar a análise do mesmo até que transcorra o pra
741.zo para as manifestações departamentais, concedida nesta data
742.no processo nº 23110.005877/85-53. Disse o Conselheiro que o pro
743.cesso vem agora, novamente com o parecer do Prof. Jorge Luiz de
744.Lima Curi Hallal, encarregado pelo Departamento de Tecnologia da
745.Construção, de fazer a redação do parecer deste Departamento so-
746.bre o processo em pauta. O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Ca-
747.ruso relatou aos Conselheiros a manifestação do professor (fls.
748.32/34). A Comissão de Graduação reitera seu parecer exarado às
749.fls.28 deste processo, de que o presente processo só poderá ser
750.analisado após decisão do processo 5877 que trata do Currículo
751.do Curso de Arquitetura e Urbanismo. O Senhor Presidente disse -
752.que no tocante ao Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo
753.(processo nº 5877), todos os departamentos envolvidos foram ouvi
754.dos. Colocada a matéria em discussão foi a mesma alvo de muitos
755.questionamentos entre os Conselheiros presentes. Esgotada a fase
756.de discussão o COCEPE aprovou a proposta oriunda da Faculdade de
757.Arquitetura e Urbanismo que trata da Reforma Setoria do Currícu-
758.lo. No tocante a nova disciplina proposta, denominada de Pesqui-
759.sa Tecnológica, opinou a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência
760.que o processo baixe em diligência ao Departamento de Matemática

KA



329
Jul

761.e Estatística para que o mesmo se manifeste sobre a disponibili-
762.dade docente de assumir a referida disciplina. 25. CONJUNTO AGRO
763.TÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Grades Curriculares - O Conselheiro'
764.Paulo Domingos Mieres Caruso disse que o Diretor do Conjunto -
765.Agrotécnico Visconde da Graça encaminha a este Conselho Grades -
766.Curriculares dos Cursos de Agropecuária, Alimentos e Economia Do
767.méstica, deste Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Após sua
768.explanação o COCEPE deliberou que o presente expediente seja ana
769.lisado pela Comissão de Graduação juntamente com o Diretor e Vi-
770.ce-Diretor da Unidade, para futura deliberação. 26. PROCESSO Nº
771.23110.006901/86-52 - FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS - Permanên
772.cia do Prof. José Antonio Aleixo junto ao Departamento de Ciên-T
773.cia dos Alimentos - Disse o Senhor Presidente que o requerente -
774.que tendo participado do concurso para Professor Titular na área
775.de Nutrição, disciplina de Estudos do Alimentos, sendo aprovado'
776.em primeiro lugar, e sempre foi seu desejo assumir este cargo de
777.Professor Titular, também não é seu desejo desligar-se do Depar-
778.tamento de Ciência dos Alimentos da Faculdade de Ciências Domês-
779.ticas onde esta lotado. Diz ainda o requerente que sua transfe-'
780.rência para o Departamento de Nutrição, afim de assumir o cargo
781.de Professor Titular não seja necessária. Atividades interdepar-
782.tamentais de ensino, pesquisa e extensão são fatos comuns, e de-
783.sejáveis, na Universidade. Ressalta o fato de que vem participan
784.do da disciplina de Estudos dos Alimentos desde sua criação sem
785.que para isso fosse preciso estar lotado no Departamento de Nu-
786.trição. A matéria foi amplamente discutida. O COCEPE, esgotada a
787.fase de discussão, tendo em vista o concurso realizado pelo pos-
788.tulante, conforme Edital nº 10/85, deliberou que o referido con-
789.curso somente pode obter efeitos no Departamento de Nutrição e
790.na vaga aberta e pelo Edital. 27. PROCESSO Nº 23110.006845/86-83
791.- FACULDADE DE NUTRIÇÃO - Prof. Ademar Costa de Oliveira - Dis-
792.se o Senhor Presidente que a Direção da Faculdade de Nutrição, -
793.encaminha ofício (fls.01) onde depois de expor uma série de con-
794.siderandos sobre o assunto, referente ao concurso de Professor'
795.Titular, no qual submeteram-se dois professores, dizendo ainda -
796.que no período de inscrições, nem todas as vagas para Professor'
797.Titular tiveram candidatos inscritos, e considerando que o Curso
798.de Nutrição dispõe de uma vaga que será preenchida pelo Prof. Jo
799.sé Antonio Guimarães Aleixo, considerando que o Departamento de
800.Nutrição necessita expandir seu quadro de docentes, solicita que
801.este Conselho, as providências para que uma das vagas que não ti
802.veram candidatos, seja remanejada para a Faculdade de Nutrição -
803.para que se possa aproveitar o segundo colocado no concurso -
804.Prof. Admar Costa de Oliveira. Depois de muito debatido o assun-
805.to, o COCEPE, tendo em vista o concurso realizado conforme Edi-
806.tal nº 10/85, deliberou que o mesmo apenas possibilita o aprovei
807.tamento do primeiro classificado, tendo em vista que pelo pró-T
808.prio Edital foi fixado a alocação de apenas uma vaga naquele De-
809.partamento. 28. PROCESSO Nº 23110.004623/86-81 - FACULDADE DE
810.ODONTOLOGIA - Departamento de Cirurgia Traumatologia Buco-Maxilo
811.-Facial - Solicita a requerente informações a respeito das nor
812.mas que regerão o afastamento de docente, com direito à licençaT
813.sabática, conforme preceitua o art. 31 § 1º e 2º do PCS. O Conse
814.lheiro Élio Kersten solicitou a palavra e propôs que as referi-T
815.das normas que regerão a licença sabática deverão ser elaboradas

A



[Handwritten signature]